APUBH

INFORME

JUN 87 Nº 68

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE

LEIA NESTE INFORME

RELATO DO XV CONAD

NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

A APUBH VAI FECHAR ?

XV CONAD Congresso Extraordinário

QUESTÕES SETORIAIS

SETOR DAS FEDERAIS

A pauta proposta para a reunião das Federais era a seguinte

1 - Continuidade da luta
1.1 Verbas
1.2 Contratações
1.3 Aposentadoria Integral
1.4 PCS e tabela
1.5 1º e 2º graus
2 - Balanço da greve
3 - Reestruturação da Universidade Federal
4 - Mobilizações: UFPI,UFOP, UFS e UFRRJ

As deliberações mais importantes, ou que exigem providências mais urgentes, são:

1 - A fim de que se possa preparar a participação da ANDES nos trabalhos da Comissão de Verbas, cada AD deve preparar um dossiê sobre a situação de verbas da respectiva IES. Este dossiê, em cuja elaboração da administração, deve ser analisado e enviado à diretoria da ANDES antes do XVI CONAD,a ser realizado no 2º semestre de 1987. Deve ser feito, ainda,um acompanhamento mensal da relação OCC/DG, encaminhando relatório à ANDES, para apresentação ao VII Congresso, em janeiro de 1988. Estas informações, junto com o levantamento da dotação inicial de 87 e da suplementação já realizada, servirão ao Movimento Docente para verificar se a promessa dos 12,4% está sendo cumprida,e se o governo insiste em implementar a política do GERES de"centros de excelência".

2 - Não devem ser introduzidas modificações de fundo no Plano de Cargos e Salários protocolado no MEC; devem ser feitas apenas algumas complementações, relativas a incentivos de especialização, incentivos de mestrado e doutorado, situação dos livre docentes e inclusão dos docentes de 1º e 2º graus no PCS único, além de correções de forma.

3 - Foi aprovado o seguinte calendário de atividades para o setor:

04/06 - Reunião do setor das federais em Brasília;
10-11/06 - Rodada nacional de Assembléias Gerais;
13-14/06 - Reunião do setor em Brasília.

4 - A discussão sobre a reestruturação da universidade deve ser retomada pelas ADs até o XVI CONAD (2º semestre 87).

5 - Foi solicitado às ADs que enviem telegramas ao Presidente da República, ao Ministro da Educação, ao Secretário da SESU, ao CRUB e aos reitores das respectivas IES, em apoio às lutas dos docentes de Ouro Preto, Piauí, Sergipe e Rural do Rio de Janeiro. (A APUBH já enviou estes telegramas).

6 - Considerando que a Subcomissão de Educação da Consti -

tuinte aprovou emenda no sentido de se conceder "aposentadoria aos 25 anos de exercício em função de magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos que, em qualquer época, venham a perceber os profissionais de educação da mesma categoria, pa... drões, postos ou graduação", as ADs devem enviar telegramas aos parlamentares pedindo apoio a essa decisão. (O que a APUBH também já fez).

CONSTITUINTE

RESOLUÇÕES

1 - Que, o MD priorize, na sua intervenção na conjuntura atual, a luta em defesa do ensino público e gratuito.
2 - Que o MD através da ANDES e das ADs, atue no sentido da Unificação do movimento organizado dos trabalhadores, propondo a construção de um Forum Sindical capaz de ampliar unificadamente a luta dos trabalhadores diante do avanço da exploração dos trabalhadores pelo capital e da enorme transferência de renda em curso.
3 - Os docentes do ensino superior reunidos no Congresso Extraordinário da ANDES reafirmaram hoje a necessidade e sua posição de lutar pela convocação de eleições livres e diretas para a presidência da República, entendida como uma das medidas indispensáveis para a conquista, pelos trabalhadores brasileiros, do atendimento de suas legítimas aspirações. O movimento que o MD defenderá para as eleições será definido no CONAD de setembro, se a conjuntura o determinar será convocado um CONAD Extraordinário
4 - Que o Congresso Nacional instale imediatamente auditoria, no sentido de verificar o verdadeiro montante da dívida externa, para fundamentar medidas no sentido de aprofundar a posição de não pagamento dos compromissos assumidos com instituições financeiras internacionais.

ENCAMINHAMENTOS/CRONOGRAMA

1 - Eleger o dia 17 de junho como Dia Nacional de Coleta de Assinaturas de iniciativa popular pró ensino público e gratuito.
2 - Estabelecido o dia 26 de junho (6a feira) para as ADs encaminharem a ANDES as assinaturas da Proposta do Forum de Educação. A ANDES deverá divulgar, imediatamente após esta data, o número de assinaturas obtidas pelas ADs, para que seja possível, se for o caso, ampliar o número de assinaturas e, atingir a meta pré-fixada.
3 - Indicativo para instalação nas ADs de Comissão-Constituinte local (ligada à Comissão Coordenadora da Constituinte da ANDES).
4 - Organização de caravana a Brasília em data a ser marcada pela Coordenação-Constituinte da ANDES.

RECOMENDAÇÕES

1 - Imediata discussão do relatório da Subcomissão de Educa-

ção, como forma de politizar e mobilizar o MD na questão educacional.
2 - Coleta de assinatura em + dois abaixo-assinados, além do da Educação. A ANDES está apoiando os seguintes: Ciência e Tecnologia, Saúde, Direitos do Trabalhador, Arte Cultura e Comunicação , Direito da Pessoa, Organização Sindical Formas de Participação e Exercício de Cidadania, Reforma Agrária.

Lembrar que cada pessoa só pode assinar 3 documentos.

VERBAS / POLÍTICA DE TRANSIÇÃO DA ANDES

Na discussão da política de transição/verbas foram tiradas duas posições: uma majoritária por 86 votos e uma minoritária por 56 votos.

Posição Majoritária

1 - Referendar a política de transição como eixo de luta pelo ensino público e gratuito;
2 - Incluir a política de transição como ponto de pauta do próximo congresso, para ser aprofundada, tendo como ponto de partida as "Propostas da ADs e da ANDES para a universidade brasileira". (Caderno nº 2 da ANDES, julho de 1986)

Posição Minoritária

Deliberar neste congresso os eixos básicos para o MD reavaliar a política de transição e para reorientação das discussões nas bases.

1 - A ANDES preocupada com a enorme expansão da rede privada do ensino superior, através inclusive da política de contenção da rede pública, luta para que seja revertido esse quadro através de uma política adequada de transição que se caracterize por:
1-1 Transição do ensino predominantemente particular ao ensino predominantemente público;
1-2 Garantia do pleno acesso a todos ao ensino público, gratuito e de boa qualidade em todos os níveis;
1-3 Expansão da Rede Pública de ensino;
1-4 Reversão do processo de privatização da Universidade Brasileira tendo-se em conta:
   a) Ampliação das vagas na Rede Pública de Ensino acompanhada da não expansão das vagas na rede privada de ensino;
   b) Adoção do Padrão Unitário de Qualidade como critério orientador da garantia das condições adequadas de ensino, pesquisa , extensão e de trabalho nas IES particulares e IES públicas;
   c) Expansão e plena utilização da capacidade física instalada com à criação de cursos, com base no Padrão Unitário de Qualidade, o que implica, entre outros aspectos, no ade -

quado investimento em pessoal docente e técnico-administrativo e material;

d) Não repasse do custo operacional da instituição no aumento das mensalidades;

e) Os professores das IES particulares devem ter carreira e salários equivalentes aos professores das IES públicas, com vistas a atingir o Padrão Unitário de Qualidade;

f) Com relação à política de financiamentos (ou verbas) para as IES particulares surgiram duas propostas divergentes e que deverão ser encaminhadas às ADs com qualidade de votos;
Proposta 1-nenhuma verba pública poderá ser repassada às escolas privadas ou aos seus professores bem como às pesquisas feitas nestas escolas (23 votos sobre 28 no grupo de discussão);
Proposta 2-verbas públicas às IES particulares, sem repassá-las às mantedoras e que serão controladas pelo conjunto dos professores, estudantes e funcionários (4 votos sobre 28 e 2 abstenções no grupo de trabalho).

g) O MD deve posicionar-se firmemente contra os privilégios tributários das instituições particulares quer sejam fundações ou associações. Devem ser revogadas quaisquer isenções fiscais federais, estaduais e municipais;

h) Concessão automática da estabilidade no emprego aos docentes que se inscreveram em chapa concorrente para a diretoria das ADs, com prazo de 2 anos após o término do mandato.

2 - Com relação à questão do MD nas IES particulares:

2-1 Manter junto às ADs das IES particulares todo o apoio da ANDES às lutas reivindicatórias em relação a salários e condições de trabalho dos docentes que lá trabalham;

2-2 Fortalecimento da articulação do MD das IES particulares com o MD das IES públicas;

3 - Questões polêmicas para serem discutidas e aprofundadas:

3-1 Definição dos prazos de finalização da Política de Transição;

3-2 Na política de incorporação (absorção) das IES particulares pelas IES públicas, que se defina o que incorporar, considerando os diferentes estágios e características das IES particulares;

3-3 Discutir e redefinir a existência ou não de inúmeros institutos de pesquisa das vinculadas do ensino e que concorrem com a universidade;

3-4 Definição do percentual de ampliação da rede pública desejado uma vez que a rede privada se manteria;

3.5 Aprofundar a discussão sobre o repasse direto, sem intermediação, das verbas de pesquisa, ensino e extensão às IES públicas.



COMO VÃO AS NEGOCIAÇOES COM O MEC?

1 - AUDIÊNCIA ANDES/MEC
DIA 04/06 AS 8 H.

A ANDES foi recebida pelo Secretário Geral do MEC (Sotero). Estiveram presentes diretores da ANDES e representantes de ADs. As colocações feitas pelo Secretário foram:

a) Encaminhamento do Plano de Cargos e Salários (PCS)-Sotero disse que deve receber até 08-06 a proposta das subcomissões, pretendendo pedir seis dias para o estudo da proposta pela comissão. Ouvirá as entidades antes de enviar a proposta aos Ministros. Os representantes dos professores argumentaram ser necessário tempo para as Assembléias Gerais examinarem a proposta, e Sotero então comprometeu-se a defender, junto à comissão interministerial que se reuniria naquela tarde, uma extensão do prazo.
b) Gatilho de Maio - Sendo disparado, será estendido ao pessoal das IES Federais.
c) Aposentadoria - não deu informação.
d) Pagamento dos Incentivos em Folhas Diferentes - é provisório, e continuará até que haja regulamentação do PCS. A posição do MEC é de que os incentivos sejam incorporados aos salários.
e) Gratificação de Nível Superior - Sotero afirmou que, como a nova tabela ainda não existe juridicamente, não cabe argumento jurídico de que, sobre ela, sejam aplicados os 20% de gratificação de NS. Em qualquer hipótese de modificação da tabela, não poderá ser excedido o montante de impacto financeiro negociado pelo MEC com a área econômica.
f) Contratações - foram conseguidas 500 para hospitais universitários pedidas em 1986. Quanto às demais já prometidas, o MEC decidiu esperar a aprovação do PCS. Os estudos serão feitos caso a caso por universidade, por área de curso e até mesmo por disciplina. Não haverá pedido de novas contratações.
g) Verbas - os representantes dos professores criticaram a ausência de suplementação

e o modo como elas são feitas. Sotero disse já ter autorizado suplementações imediatas, inclusive com correção devido à inflação. Serão mantidos os 12,4% de OCC/OG. Acho que na próxima semana o MEC instalará a comissão acreditando que será composta pela ANDES, CRUB, FASUBRA, UNE, SBPC e Academia Brasileira de Ciências. Pensa num prazo de 180 dias para o trabalho, prazo esse que os professores presentes acharam longo por não permitir que se influencie no orçamento de 1987 e na concepção do orçamento da União para 1988.

h) Foram discutidos problemas específicos de universidades estaduais e dos professores da UFFSN, UFPI, UFSE e UFOP.

2 - ENCAMINHAMENTOS PROPOSTOS REUNIÃO NACIONAL S.FEDERAIS DIA 04/06 AS 14 HORAS.

a) Solicitação de prorrogação do prazo de consolidação do PCS: 15 dias após entrega pelo MEC,
b) Intensificação das discussões pela ADs sobre PCS, Aposentadoria, verbas e contratações.
c) Elaboração imediata pelas ADs de dossiê sobre o montante de verbas necessárias para cada unidade.
d) Envio para ADs ao MEC e Secretário Geral reafirmando as nossa reivindicações.
e) Criação do Comando Nacional de Mobilização (CNM) com um representante por ADs.
f) Reunião nacional do setor em Brasília (13/14 de junho) com participação das comissões de negociações e de apoio jurídico de PCS.
g) Assembléias Gerais para discussão dos pontos pendentes do PCS (ver relato do Congresso Extraordinário da ANDES - Setor Federais).
h) Articulação com a FASUBRA para discussão de formas comuns de ação.

3 - NOVA AUDIÊNCIA ANDES/MEC DIA 04/06 ÀS 17 H.

Sotero comunicou à ANDES as decisões da reunião da Comissão Interministerial realizada à quela tarde:

a) O PCS será entregue dia ... 10/06 para discussão nas IESs. O prazo final para discussão final dos trabalhos pelo MEC é 26/06.
b) Os estatutários inativos receberão a tabela básica sem incentivos.

Os fatos expostos confirmam que a consolidação das vitorias obtidas pelo movimento depende da nossa mobilização.

FIQUEM ATENTOS!

A APUBH VAI FECHAR ?

Como já é do conhecimento de todos, a atual diretoria da APUBH, assim como o Conselho de Representantes, está com o mandato vencido desde o dia 10 de maio. Este mandato foi prorrogado por mais um mês, durante a greve. Ocorre que, embora várias reuniões tenham sido feitas (todas com baixíssimo índice de comparecimento, malgrado as amplas convocações), nenhuma chapa se inscreveu para a eleição. Em vista disso, a diretoria está disposta a aceitar mais uma prorrogação de mandato, por uma ou duas semanas, na esperança de que até lá surjam colegas que assumam a direção da APUBH. Caso isso não aconteça, fica evidente que o conjunto dos professores da UFMG considera desnecessária a manutenção de uma entidade que os represente. Será então convocada uma Assembléia Geral para que a atual diretoria possa, encerrado o seu mandato, prestar contas e confiar aos associados o acêrvo patrimonial da entidade.